

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de agosto de 2024 às 08h21
Seleção de Notícias

Carta Capital Online | BR

Entidades

O que esperar da bilionária aposta do Brasil na inteligência artificial	3
<small>MAURÍCIO THUSWOHL</small>	

Correio Braziliense - Online | BR

Direitos Autorais

Justiça condena dona da marca Patati Patatá a pagar R\$ 50 mil a compositor	5
<small>BRASIL</small>	

R7 | BR

Direitos Autorais

Recorde de Distribuição: Ecad Entrega Mais de R\$ 800 Milhões em Direitos Autorais	6
---	----------

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Prova emprestada na arbitragem: limites e possibilidades	7
---	----------

O que esperar da bilionária aposta do Brasil na inteligência artificial



Encomendada por Lula ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, a proposta prevê investimentos em inteligência artificial, infraestrutura tecnológica, e sustentabilidade nos próximos quatro anos

A entrega oficial do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) ao presidente Lula foi o ponto alto da quinta Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, encerrada na quinta-feira 1º em Brasília.

Encomendado por Lula no início do ano ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o plano prevê investimentos de 23 bilhões de reais nos próximos quatro anos e define 31 ações com impacto em curto prazo nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura, indústria, desenvolvimento social, comércio e gestão do serviço público. Com o PBIA, o governo tem o objetivo de nortear o desenvolvimento e a aplicação ética e sustentável da IA no Brasil, além de apontar diretrizes para pesquisa, desenvolvimento e regulação de práticas que garantam a segurança e a privacidade dos cidadãos.

O plano pretende equipar o Brasil em infraestrutura tecnológica avançada, com alta capacidade de processamento e alimentada por energias renováveis. Entre as principais propostas estão:

a montagem de um supercomputador para atender a demanda de pesquisa em IA

abpi.empauta.com

o desenvolvimento de modelos avançados de linguagem em português, com dados nacionais que abarcam nossas características culturais, sociais e linguísticas

"Esse plano feito pelos cientistas brasileiros é um marco para a história do nosso País. O que vocês apresentaram não pode ficar numa gaveta", disse Lula. "O Brasil precisa aprender a voar. Não pode ser dependente a vida inteira, precisamos ter ousadia para fazer as coisas acontecerem".

Para Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, o novo plano é um passo ousado e essencial. Com um investimento público que se alinha aos padrões da União Europeia, a ministra vê a iniciativa como não apenas viável, mas também robusta e factível. Ela celebrou o retorno do diálogo e da abertura à sociedade, após um período sombrio de negacionismo no governo anterior, e destacou a dedicação dos cientistas brasileiros para o sucesso do projeto.

Um dos exemplos de inclusão proporcionada pela inteligência artificial é a ação planejada pelo PBIA, que envolve uma parceria entre o MCTI e os ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social. Essa colaboração visa conectar beneficiários do Bolsa Família com oportunidades de emprego: "A pessoa terá uma oferta de emprego que se identifica com seu estágio de formação e acesso a um conjunto de pessoas que pode rapidamente habilitá-la para aquela determinada oferta de emprego. Essa integração ocorrerá por meio da Inteligência Artificial".

Os 23 bilhões a serem investidos no projeto virão do Orçamento do MCTI, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), da Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**) e de contrapartidas do setor privado, entre outras fontes

Continuação: O que esperar da bilionária aposta do Brasil na inteligência artificial

de recursos.

"A **Finep** entrará com boa parte dos recursos, tanto na infraestrutura científica, com a aquisição do supercomputador, como no financiamento às empresas com juros baixos e prazos longos", explica o presidente da **Finep**, Celso Pansera. "O programa é bom e tem tudo para dar certo."

Presidente da Academia Brasileira de Ciências, entidade que participou da elaboração do PBIA, Helena Nader afirmou que a expectativa da comunidade científica agora é que o plano se concretize: "Nossa expectativa é que se crie realmente um conjunto de dados do Estado brasileiro. O Brasil tem muitos dados referentes ao planejamento estratégico do País que estão dispersos em diferentes bases em outros países".

Nader almeja que a IA "dê maior empregabilidade, promova a equidade e não aumente a desigualdade". A nova tecnologia tem de estar inserida na educação dos brasileiros de todas as faixas etárias, prega: "Tem de treinar as pessoas para as novas profissões".

Entre as prioridades elencadas na 5ª CNCTI, Nader

destaca "a necessidade de se ter um projeto para todos os biomas brasileiros, um programa sólido para a Amazônia e um programa de peso para o oceano em todas as suas dimensões, que vá das fronteiras até a biodiversidade e a economia".

A conferência, que durou três dias com participação ativa e salas cheias, resultou na preparação de um documento final com recomendações em todas as áreas do conhecimento. Anderson Gomes, secretário-geral adjunto da Conferência, destacou a ampla participação de diversos setores da ciência brasileira como o grande trunfo do evento: "Conseguimos reunir entidades representativas, a sociedade e acadêmicos", afirmou. Gomes também ressaltou a atenção especial dada à Amazônia. Como parte das metas do PBIA, a região receberá investimentos em um sistema de monitoramento por inteligência artificial em todo o bioma amazônico, além do desenvolvimento de um sistema de previsão e prevenção de eventos climáticos extremos com alta confiabilidade.

Justiça condena dona da marca Patati Patatá a pagar R\$ 50 mil a compositor

BRASIL



natureza e dimensão da obra, o sucesso por ela alcançado e o tempo transcorrido desde sua criação", afirmou o juiz Guilherme Depieri, da 10ª Vara Cível de Santo Amaro.

O Correio tenta contato com o Tribunal de de para buscar mais informações sobre o caso, mas ainda não obteve retorno. O jornal também tenta contato com a Ronaldi Produções para ouvir o lado da empresa sobre o caso. Em caso de manifestação, o texto será atualizado.

Compositor afirmou que foi contratado por produtor para a composição de obras, mas não recebeu os **direitos** autorais, pagamentos e os créditos pelo trabalho

A de condenou a empresa Ronaldi Produções, da marca dos palhaços Patati Patatá, e o produtor musical Ricardo Andrade a pagarem indenização de R\$ 50 mil por ao compositor Jorge Bragança Caetano da Silva, que é coautor de obras musicais da dupla. Ainda cabe recurso. As informações são do portal g1.

O compositor afirmou que foi contratado pelo produtor Ricardo Andrade para a composição de obras utilizadas na produção audiovisual Parque Patati Patatá, mas não recebeu os **direitos** autorais, pagamentos e os créditos pelo trabalho.

"Os, por fim, estão caracterizados, uma vez que afetado direito de personalidade do autor, relacionado ao reconhecimento de sua autoria quanto a obra musical. Quanto ao valor, mostra-se adequada sua fixação no montante postulado, tendo em conta a

Recorde de Distribuição: Ecad Entrega Mais de R\$ 800 Milhões em Direitos Autorais

Mais de 315 mil compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos receberam, no primeiro semestre deste ano...

Recorde de Distribuição: Ecad Entrega Mais de R\$ 800 Milhões em Direitos Autorais Mais de 315 mil compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos receberam, no primeiro semestre deste ano... Momento MT|

Do R702/08/2024 - 16h04 (Atualizado em 02/08/2024 - 16h04)

Ecad

Mais de 315 mil compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos receberam, no primeiro semestre deste ano, R\$ 817,6 milhões em **direitos** autorais, aumento de 31% em comparação ao mesmo período de 2023. A informação foi divulgada nesta sexta-feira (2) pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Prova emprestada na arbitragem: limites e possibilidades



A prova emprestada, prevista no CPC/15, também pode ser utilizada em **arbitragem**, dada a flexibilidade procedimental. Entretanto, sua admissibilidade precisa considerar as especificidades da jurisdição arbitral.

Prova emprestada na **arbitragem**: limites e possibilidades José Antonio Fichtner e Rodrigo Salton A prova emprestada, prevista no CPC/15, também pode ser utilizada em **arbitragem**, dada a flexibilidade procedimental. Entretanto, sua admissibilidade precisa considerar as especificidades da jurisdição arbitral. sexta-feira, 2 de agosto de 2024 Atualizado às 07:58 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A figura da prova emprestada é conhecida no direito brasileiro desde antes da sua positivação, no CPC/15. Tradicionalmente, considerada como prova atípica, passou a ter amparo normativo no art. 372 do diploma processual, que passou a prever que "o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório". Diante da sua inegável utilidade prática, cabe averiguar os con-

tornos da sua admissibilidade em procedimentos arbitrais.

A fase instrutória da **arbitragem** não deixa de guardar uma das mais importantes facetas daquele método alternativo de resolução de disputas, qual seja, a ampla flexibilidade procedimental. O art. 22 da lei de **arbitragem** atribui aos árbitros vasta discricionariedade para admitir, conduzir e ordenar a fase instrutória. Independentemente de qualquer previsão, expressa na lei ou em regulamentos de instituições arbitrais, é de se admitir a aceitação da prova emprestada - oriunda de outras disputas arbitrais ou judiciais - em disputas julgadas pela via arbitral. O mesmo se diga, naturalmente, do uso de prova produzida em procedimentos arbitrais, em ações judiciais. No entanto, é necessário apontar limites e adaptações, já que - pelas peculiaridades próprias da jurisdição privada - a prova emprestada não necessariamente apresentará os mesmos contornos que a definem no contexto do processo civil estatal.

Como noção geral, a prova emprestada pode ser concebida no CPC como sendo o transporte da produção probatória de um processo originário (exportador da prova) para outro (importador da prova). Reutiliza-se a atividade probatória já produzida, em benefício da economia processual, tornando despendiosa a sua reprodução. Contudo, é possível ter compreensão mais ampla no contexto da **arbitragem**, vislumbrando o empréstimo probatório a importação de qualquer ato processual que exerça função probatória, não se restringindo aos elementos estritamente probatórios debatidos no processo exportador. Assim é que pronunciamentos jurisdicionais podem, em determinada medida (e.g fatos referidos na sentença), também ser importados como prova a ser utilizada em uma **arbitragem**.

É de se reconhecer a possibilidade de empréstimo de qualquer meio de prova - confissão, depoimento, ins-

Continuação: Prova emprestada na arbitragem: limites e possibilidades

peção judicial, perícia, decisões, ou prova atípica. Deve vigorar, no âmbito do processo importador, a ampla liberdade do tribunal arbitral para admitir a importação da prova. Excepcionalmente, até mesmo provas produzidas em processos que transmitem em segredo de justiça ou resguardadas pelo manto da confidencialidade poderão ser importadas em uma **arbitragem** - desde que essa também esteja protegida por dever de confidencialidade. Por exemplo, considere-se uma **arbitragem** "A" que discute matéria societária, envolvendo acionistas e a companhia. Em uma outra **arbitragem** "B", discute-se a mesma matéria, mas a questão foi suscitada por outros acionistas, que não participam da **arbitragem** "A". O tribunal da **arbitragem** "B" terá, em princípio, poderes para determinar a importação de provas produzidas na **arbitragem** "A". E a decisão sobre tal questão será tomada pelo tribunal exportador. Na hipótese de conflito, a questão deverá ser encaminhada, pela parte descontente, às cortes judiciais competentes, para resolver tais espécies de contendas.

Também deve-se reconhecer a possibilidade de importação de prova produzida em quase qualquer espécie de processo, seja esse arbitral, administrativo, civil ou penal. Inclusive, pode-se pleitear a importação de provas de processos estrangeiros. É exceção relevante a impossibilidade de empréstimo de provas originárias em procedimentos de **mediação**, em razão de expressa previsão legal à utilização de documentos e outros elementos produzidos no contexto da **mediação** em processo posterior. Nesse caso, prevalece, como regra geral, a necessidade de realização, (quicá) repetição, da prova.

Pouco importa se o processo exportador tem ou não natureza jurisdicional. Assim, por exemplo, elementos produzidos pelo departamento de estudos econômicos vinculados ao CADE e utilizados em decisão do Tribunal Administrativo da Defesa da Concorrência poderão ser exportados para serem utilizados em ação de responsabilidade civil por da-

nos causados pela cartelização. Igualmente, decisão proferida por dispute board poderá ser posteriormente utilizada por tribunal arbitral para avaliar o cumprimento ou descumprimento do contrato. Ou, ainda, pode-se importar como prova emprestada elementos produzidos em inquéritos policiais civis ou criminais.

É essencial oportunizar o contraditório acerca do ato processual a ser importado como prova em outra disputa. Quando a prova a ser importada foi produzida em processo judicial, deve ter havido contraditório no processo exportador. Entretanto, em situações excepcionais, é possível flexibilizar esse entendimento - e.g. utilização de depoimento de testemunha que veio a falecer em outro processo, que verse sobre matéria conexa. Ou, ainda, em procedimentos não marcados pelo contraditório (i.e. empréstimo de elementos de prova contidos em inquérito policial) que venham a ser utilizados como prova emprestada, deve-se oferecer ampla margem de participação das partes.

O empréstimo da prova pode ser requerido tanto pelas partes do processo originário (i.e. mediante a simples juntada dos atos processuais do processo exportador que documentem as provas) como pode ser requerido por terceiro. Pouco importa se a parte contra quem se queria utilizar a prova tenha participado de sua produção. Essa circunstância deverá, contudo, ser levada em conta quando da valoração última da prova. Assim, em uma disputa de dissolução de sociedade, é possível utilizar laudo pericial previamente produzido acerca do valuation de controlada da sociedade a ser dissolvida como balizador dos haveres a serem pagos ao sócio retirante. Nesse aspecto, importa mais o juízo de utilidade e pertinência da prova do que qual foi a parte que solicitou o empréstimo ou quais eram as partes do processo exportador da prova. Deve prevalecer a flexibilidade procedimental e a busca pela verdade.

A valoração da prova emprestada segue a regra geral da **arbitragem**, ou seja, admite-se o livre so-

pesamento da prova emprestada. Como regra geral, a eficácia da prova emprestada é preservada. Por exemplo, caso se importe uma perícia realizada em um processo, a eficácia desta prova no processo importador também será a de prova pericial. Excepcionalmente, modifica-se o valor probatório atribuído: uma prova pericial pode ser tomada emprestada e ser valorada como prova documental, tornando necessária a realização de uma nova perícia. Ou, ainda, a decisão de um dispute board pode valer como prova pericial, caso contenha os elementos típicos deste meio de prova. Cabe aos árbitros avaliar qual a eficácia e qual o valor probandi da prova emprestada.

É inegável que qualquer elemento de prova produzido para um processo poderá, via de regra, ser levado a outro processo como documento. Ou seja, o laudo pericial consubstancia documento que pode ser levado a outros processos subsequentes - desde que seja pertinente à disputa em questão. O que caracteriza a figura da prova emprestada é o seu potencial substitutivo à repetição do ato de produção probatória. Ou seja, importa-se um ato processual já perfectibilizado para outro processo, com a finalidade de que seja desnecessário sua repetição. Por exemplo, o laudo pericial produzido pelo instituto de criminalística da polícia pode ser utilizado como prova pericial emprestada em sede de ação de responsabilidade civil coligada à ação criminal. Assim, admitido como prova emprestada, não se realiza nova perícia.

A prova emprestada é tão útil quanto maior a economia que possa gerar. Assim, provas custosas, como perícias ou exames de DNA, são exemplos típicos da utilidade prática desta figura. No entanto, a sua importância também pode ser vislumbrar na prova testemunhal - reaproveitando o depoimento de testemunha em outro processo que debata questão correlata. Importa para a parte que pretende importar ato processual evidenciar - além da utilidade e pertinência - como a prova a ser emprestada é apta a municiar o novo julgador de todos os elementos necessários para que este forme a sua convicção. A

prova testemunhal produzida em determinado processo, cujo teor esteja em flagrante contradição com o que a mesma testemunha afirmou no procedimento atual, pode ser de extrema importância para aquilatar o seu real valor, se o tribunal arbitral assim o considerar.

No entanto, alguns requisitos devem ser observados para que a figura não seja desnaturada. Do lado da parte que pretende tomar a prova emprestada, incumbe demonstrar, primeiro, a utilidade e a pertinência da prova. Segundo, a prova emprestada deve auxiliar na formação do convencimento do tribunal arbitral e, idealmente, evitar, quando possível, a repetição do ato probatório. Eventualmente, poderá ser necessário realizar prova suplementar (i.e é possível importar laudo pericial já produzido e solicitar a produção de nova perícia sobre quesitos não respondidos no laudo a ser tomado como prova emprestada ou aspectos relevantes para a nova disputa que não tenham sido enfrentados na prova importada). Terceiro, observar a oportunidade de contraditório processual, que somente pode ser mitigado em circunstâncias verdadeiramente excepcionais (e.g falecimento de testemunha, demolição da construção que impossibilite nova perícia, dentre outras).

Igualmente, há limitações próprias à figura. Primeiro, no âmbito da **arbitragem** somente pode-se admitir a importação de elementos de prova que guardem relação com disputas inseridas no escopo objetivo da cláusula compromissória e que sejam arbitráveis. Segundo, conforme a regra geral estabelecida na Constituição Federal, não se admite, como regra, a importação de provas de origem ilícita ou que padeçam de algum vício insanável (e.g. é inviável solicitar a importação de laudo de perito invalidado na origem por parcialidade do perito). Terceiro, a importação não pode prejudicar o direito da parte de apresentar o seu caso ou outro direito processual fundamental.

Dessa forma, verifica-se grande maleabilidade e fle-

Continuação: Prova emprestada na arbitragem: limites e possibilidades

xibilidade para o uso adequado da prova emprestada na via arbitral. Por mais que seja uma figura conhecida no processo civil brasileiro, não é possível tomar os parâmetros desenvolvidos pela jurisprudência geral, em sentido absoluto. Afinal, a fase instrutória de uma **arbitragem** diverge substancialmente daquela perante as cortes estatais. Dessa forma, vedações à prova emprestada no contexto do processo civil podem não fazer sentido em disputas arbitrais (i.e que a prova tenha sido produzida em processo jurisdicional; a impossibilidade de empréstimo de prova produzida em segredo de justiça; ou a impossibilidade de utilizar a prova emprestada contra quem não participou da sua produção). Tais restrições - tipicamente elencadas no contexto do debate sobre prova emprestada no processo civil - po-

dem ser mitigadas, uma vez que a flexibilidade procedimental da **arbitragem** outorga poderes instrutórios alargados aos árbitros.

José Antonio Fichtner José Antonio Fichtner se destaca como advogado, escritor, mediador, árbitro e professor, sendo reconhecido e listado nas principais instituições jurídicas arbitrais brasileiras. Rodrigo Salton Bacharel em direito pela UFRGS. Especialização em Direito Civil e Processo Civil na FMP. LLM em Advocacia Corporativa na FMP. Advogado. Sócio de Fichtner Advogados.

Índice remissivo de assuntos

Entidades

3

Direitos Autorais

5, 6

Arbitragem e Mediação

7